



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAUBATÉ E A CASA IRMÃOS DE FRANCISCO, PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA, A SER EXECUTADA EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, DESTINADA AO PROJETO VINCULADO A PROVER ACOLHIMENTO E AUXÍLIO À PACIENTES INFANTIS E DE SEUS FAMILIARES QUANDO EM ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO.

O **MUNICÍPIO DE TAUBATÉ**, por intermédio da Prefeitura Municipal de Taubaté, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.176.005/0001-08, com sede Av. Tiradentes, 520, Centro, Taubaté – SP, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representado pelo Chefe do Executivo Municipal, Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Junior, e a **CASA IRMÃOS DE FRANCISCO**, inscrito no CNPJ sob nº. 22.755.737/0001-57, com sede na Rua Cel Augusto Monteiro, 484, Centro, Taubaté-SP, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, neste ato representado por sua Presidente, Karina Mello Alves Correa, RG nº. 32.665.393-4 e CPF nº. 313.701.348-86, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto pela Lei Federal nº. 13.019/2014 e suas alterações; consoante o **Processo Administrativo nº. 36.000/2019 - Inexigibilidade de Chamamento Público nº. 272/19**, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - O presente Termo de Colaboração, decorrente de Inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto prover acolhimento e auxílio à pacientes infantis e seus familiares quando em atendimento no Município, sendo os recursos provenientes das Emendas Impositivas nº.s 291 e 304, alocadas no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente aprovadas e indicadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme Ofício Nº 06/CMDCA/2019.

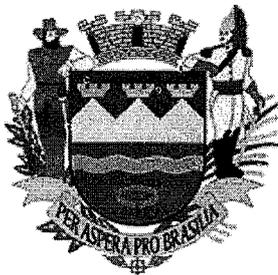
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a - efetuar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, no valor total de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, através do depósito bancário em Conta Corrente específica, utilizada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para execução do presente Termo de Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes, referentes às despesas efetuadas;

b - liberar os recursos por meio de transferência eletrônica, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração;

c - acompanhar, supervisionar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em decorrência desta colaboração;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

d - promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto do Termo de Colaboração;

e - assinalar prazo para que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

Parágrafo Único - É obrigação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da colaboração.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a - executar o objeto da colaboração estabelecido na Cláusula Primeira, conforme Plano de Trabalho;

b - zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c - manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas aos objetivos desta Colaboração;

d - comunicar, de imediato, à SEDIS, paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento e nas atividades prestadas;

e - elaborar e executar sua proposta social, respeitadas as diretrizes da Lei Federal 8.069 – ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), e legislações específicas ao atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f - apoiar e integrar, num esforço conjunto com os demais órgãos do Sistema, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

g - atender eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

h - aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;

i - manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

j - prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração apresentando extratos bancários da conta corrente e aplicações financeiras vinculadas ao Projeto, Relatório Mensal de recursos e respectiva conciliação bancária;

Parágrafo Único - todos os documentos fiscais deverão conter a razão social da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, endereço e CNPJ;

k - não será permitido realizar saques em espécie na conta corrente exclusiva da parceria, bem como movimentações bancárias que não correspondam as despesas previstas no objeto da colaboração;

l - manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

m - dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

n - divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

Parágrafo Único - As informações deverão incluir, no mínimo:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do objeto da parceria;

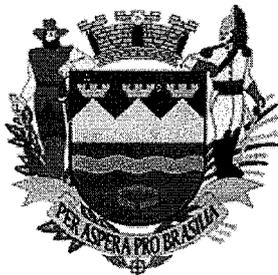
IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

VI - quando vinculados a execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

o - responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;

p - responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

q - apresentar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, até 30 (trinta) dias do término da vigência deste instrumento, impreterivelmente, a seguinte documentação em conformidade com as Instruções Normativas nº. 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e suas alterações:

q.1 - demonstrativo integral das receitas e despesas – Termo de Colaboração ou Fomento, nos moldes do Anexo RP 14;

q.2 - comprovante da devolução dos recursos não aplicados, englobando os recursos repassados, total ou parcial, não utilizados e os rendimentos de aplicação financeira, de for o caso. Referida devolução deverá ser realizada dentro do exercício financeiro;

q.3 - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC) comprovando a habilitação profissional do responsável pelas demonstrações contábeis e demonstrativos apresentados;

q.4 - manifestação expressa do Conselho Fiscal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo MUNICÍPIO.

r - apresentar ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, relatório mensal de desempenho das metas e as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal;

s - apresentar à Auditoria Geral a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente Termo de Colaboração, bem como a documentação comprobatória, conforme consta no Manual de Prestação de Contas, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor total da presente parceria é de **RS 10.000,00 (dez mil reais)**, recursos provenientes de Emenda Parlamentar, onerando a conta da dotação orçamentária nº. 25.03.00.44.50.42.08.243.4002.2128 – Fonte 08 – Cod. Aplicação 5000005 vinculada a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS, devendo ocorrer o repasse dos recursos financeiros em **até 02 (dois) dias úteis, em parcela única**, tão logo assinatura do presente ajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

I - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme previsão de aplicação de recurso, contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

Parágrafo primeiro - A aplicação dos recursos desta Cláusula está detalhada e definida conforme Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DOS SALDOS DA COLABORAÇÃO

Os saldos do presente Termo de Colaboração, enquanto não utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim,



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo primeiro - As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste termo de colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

Parágrafo segundo – Quando não utilizado em sua totalidade os recursos, estes serão devolvidos ao término da colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da colaboração não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III - quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

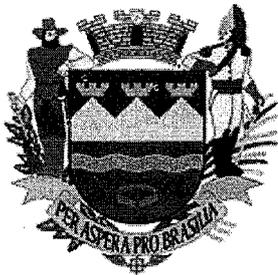
IV - quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social - SEDIS ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o cronograma de Atividades, previamente apresentado ao Município.

V - por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

I – o presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

II - fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

- a - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- c - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- d - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- e - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- f - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- g - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I – O presente Termo de Colaboração apresenta **vigência até 31/12/2019**, a contar da data de sua assinatura, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades.

Parágrafo único – A inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO GERENCIAMENTO DA PARCERIA

Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, coordenar as obrigações decorrentes deste Termo de Colaboração.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

a - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c - valores efetivamente transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL;

d - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

e - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados.

II - a prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a qual deverá conter:

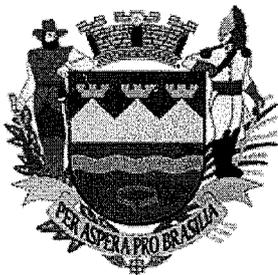
a - relatório de pagamentos, notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e número do Processo Administrativo que norteia o presente Termo de Colaboração;

b - cópias dos recibos de pagamentos devidamente quitados pelos funcionários;

c - notas fiscais eletrônicas e RPAs devidamente atestados pelo Presidente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

d - extratos bancários das contas corrente e aplicação exclusivas para o projeto e respectiva conciliação bancária;

e - guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

f - todas as despesas realizadas deverão ser pagas por meios eletrônicos, devendo ser apresentados os comprovantes das operações realizadas;

g - de acordo com o Protocolo ICMS nº 85 de 09/07/2010, estão obrigadas a emitir nota fiscal eletrônica os contribuintes que realizem operações destinadas à administração pública direta e indireta;

h - todos os documentos fiscais originais das despesas deverão conter em seu corpo, o tipo do repasse e do número do ajuste, bem como do órgão repassador a que se referem. Deverá conter carimbo de identificação e assinatura do representante legal, extraíndo-se, em seguida, as cópias que serão juntadas nas prestações de contas. A Organização da Sociedade Civil, quando da entrega da prestação de contas, deverá apresentar as originais e respectivas cópias para conferência.

i - manifestação expressa do Conselho Fiscal da mantenedora ou da instituição de assistência social sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial.

§ 1º - serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º - a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

III - a prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

a - relatório de execução do objeto, elaborado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

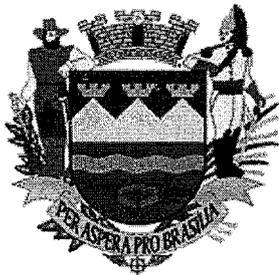
b - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

IV - a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

a - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

b - relatório técnico de monitoramento e avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

V - os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal nº. 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

a - os resultados já alcançados e seus benefícios;

b - os impactos econômicos ou sociais;

c - o grau de satisfação do público-alvo;

VI - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL observará os prazos previstos na Lei Federal nº. 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

a - aprovação da prestação de contas;

b - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

c - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

VII - constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - o prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º - transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

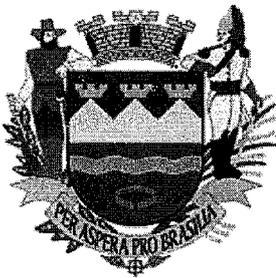
VIII - a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único - O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

a - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

b - nos casos em que não for constatado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

IX - As prestações de contas serão avaliadas:



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

a - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de trabalho;

b - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

c - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

1 - omissão no dever de prestar contas;

2 - descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

3 - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

4 - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

X - o Administrador Público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

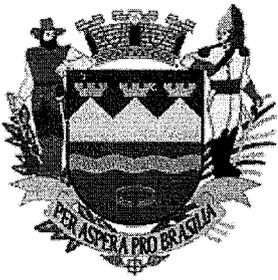
XI - quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

XII - durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

I – A presente colaboração poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

II - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

I - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019, de 2014, e da legislação específica, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira as seguintes sanções:

a - advertência;

b - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

c - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso “b”.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos b e c são de competência exclusiva do Prefeito Municipal de Taubaté, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

II - Prescreve em 5 (cinco anos), contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da colaboração.

III - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

I - Este termo de colaboração poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o tornem formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, nas seguintes hipóteses:

a - utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b - inadimplemento de quaisquer das Cláusulas pactuadas;

c - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d - verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

II – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que aplicar os recursos em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste termo de colaboração e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando ao ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no jornal eleito como oficial do município, a qual deverá ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Taubaté para dirimir quaisquer dúvidas e/ou controvérsias decorrentes deste termo de colaboração.

E por estarem acordes com os termos do presente instrumento, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Taubaté, 26 de setembro de 2019.

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

KARINA MELLO ALVES CORREA
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Testemunhas:

Meire Helen Gonçalves Sacchi
CPF: 364.424.288-77
Matrícula nº 30.946

Elaine Pereira da Silva
Departamento Técnico Legislativo
Matrícula: 30.612



PROCESSO Nº

36000/2019

P.A.G. FIS 1154

CASA IRMÃOS DE FRANCISCO

INSTRUMENTAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO 2019

I- IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Nome da OSC: Casa Irmãos de Francisco

Endereço: Rua Coronel Augusto Monteiro, 484

Cidade: Taubaté

Estado: São Paulo

CEP: 12020-160

Telefone: 3413-8937

FAX:-

Correio Eletrônico: casa@irmaosdefrancisco.com.br

Home Page: www.irmaosdefrancisco.com.br

CNPJ: 227.557.37/0001-57

Número de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
120150063

1.1 - Identificação do Responsável pela Organização:

Nome do Presidente: Karina Mello Alves Correa

RG: 32.665.393-4

CPF: 313.701.348-86

Vigência do mandato de diretoria atual: de 05/12/2018 até 04/12/2022

1.2 – Identificação do Responsável técnico:

Nome: Fátima Aparecida Mangolim Guedes

Formação: Assistente Social

Nº do Registro Profissional: CRESS 16.511 – 9ª Região SP

RG: 11.602.340-5

CPF: 929.619.598-53

Vínculo empregatício: 01/07/2015

Telefone para contato: 12-98121-7837

E- mail: fatimaguedes54@outlook.com

PROCESSO NO

35000/2019

1.P.A.G. FIS 114

II – APRESENTAÇÃO GERAL:

2.1 – Breve histórico da Organização:

- A Casa Irmãos de Francisco foi fundada no ano de 2014 pela atual presidente para acolher familiares de pacientes infantis dos Hospitais da cidade de Taubaté, fornecendo-lhes abrigo e alimentação durante o tempo que aguardam atendimentos ou internação dos pacientes nas unidades hospitalares.
- A implantação da ONG surgiu da necessidade de muitos pacientes e acompanhantes que saem de suas cidades, da região e até de outros estados, buscando atendimento na cidade de Taubaté e por vezes não possuem local para repousar ou aguardar entre um procedimento e outro, se alimentar adequadamente ou até mesmo abrigar-se em casos de internações prolongadas.
- Durante o surto de zika vírus que acometeu nosso país, a referida instituição apresentou-se como recurso de estadia, alimentação e acolhimento para muitas mães, gestantes e em período de puerpério, cujos filhos (as) receberam diagnóstico positivo para a doença.
- Atualmente a instituição também acompanha e auxilia crianças que necessitam de equipamentos médico-hospitalares, fundamentais para o seu desenvolvimento por meio de doações/empréstimo de tais equipamentos e de recursos de saúde e alimentação quando necessário. A cidade de Taubaté atende, freqüentemente, crianças oriundas de outras cidades da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, bem como crianças de outros estados que necessitam de atendimento e acompanhamento médico hospitalar. Por serem menores de idade, estes pacientes são acompanhados por um ou mais responsáveis legais durante os procedimentos médicos ou consultas que saem de suas cidades durante a madrugada e aqui permanecem durante todo o dia aguardando atendimento. Muitos são trazidos pelos veículos oficiais de seus municípios com outros pacientes, tendo que aguardar longas horas até o retorno. Outros são surpreendidos com a necessidade premente de internação. Em ambos os casos, acompanhantes e pacientes ficam desamparados por não possuir família ou amigos em Taubaté que possam acolhê-los. Nessa perspectiva, a Casa Irmãos de Francisco surge como alternativa à comunidade, acolhendo e auxiliando tais cidadãos.

III - DESCRIÇÃO DO PROJETO PROPOSTO:

3.1 - Apresentação do Plano de Trabalho: prover acolhimento e auxílio à pacientes infantis e seus familiares quando em atendimento na cidade de Taubaté.

3.2 - Justificativa:

Conforme Plano de Trabalho supracitado, a instituição Irmãos de Francisco conta com diversas dificuldades, as quais precisam ser sanadas para andamento das atividades, a

PROCESSO Nº
36000/2019

J.P.A.G. FIS. 1154

proposta é proporcionar qualidade no atendimento prestado, tendo em vista que o suporte oferecido pela entidade é de suma importância as famílias atendidas. Assim sendo, para que possamos oferecer um atendimento mais qualificado e com maior conforto, faz-se necessário a aquisição de alguns produtos (bem durável), conforme abaixo discriminados.

- Trocador de bebê retrátil – a aquisição deste produto irá compor o fraldário da entidade servindo para auxílio dos pais com as trocas de fraldas e roupas.
- Máquina de lavar roupas – a aquisição deste produto irá compor a lavanderia da entidade, contribuindo para a lavagem de maior quantidade de roupas, além do ganho de tempo para melhor atendimento.
- Geladeira, Fogão industrial e Rechaud - irão compor a cozinha da instituição, facilitando nas refeições diárias oferecidas pela casa aos pacientes e acompanhantes.
- Guarda roupas – ajudarão a compor os quartos para acomodação dos pertences dos assistidos hospedados, para melhor organização dos mesmos.
- Computador/Impressora – a aquisição destes produtos servirá para agilidade nos atendimentos, como: cadastramento dos pacientes, produções de documentos, além de informatização dos arquivos físicos, gerando cópias quando necessárias para algum tipo de encaminhamento aos pacientes, cópias de documentos, etc., sendo portanto, de grande importância para área do Serviço Social.

Por fim, enfatizo que a aquisição dos produtos acima descritos será de grande valia para o trabalho da entidade, uma vez que proporcionará agilidade, qualidade, ganha de tempo nos atendimentos; justificando assim, a importância da proposta da aquisição.

3.3- Objetivo geral: dar continuidade ao acolhimento e ao auxílio aos familiares de pacientes infantis da rede hospitalar de Taubaté que necessitam de local para dormir e alimentação, bem como fornecer alimento e subsídios médicos hospitalares para pacientes que não possuam condições financeiras para tal.

3.4 - Objetivos Específicos do Serviço:

Fornecer alimentação de qualidade para pacientes e acompanhantes em espera ou em atendimento na rede médico-hospitalar de Taubaté;

Atuar como local para pernoite, banho, ou descanso por meio da disponibilização de leitos gratuitos para homens e mulheres e de instalações de banho;

Auxiliar os pacientes e familiares na aquisição de equipamentos médicos e hospitalares, leites especiais, até que seja liberado pelo poder público fundamentais para manutenção da vida dos pacientes, quando assim necessitarem;

V
V
X
S
J

3.5 - Público Alvo: crianças em atendimento na rede médico-hospitalar de Taubaté e seus familiares/acompanhantes em espera.

A. Área de abrangência: Taubaté e região do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Eventualmente, pacientes de outros estados.

B. Perfil da população atendida: a população atendida pela instituição é composta basicamente por crianças e seus familiares ou responsáveis legais, em estado de vulnerabilidade social, que vem até o município de Taubaté buscar atendimento e/ou internação. São também atendidos munícipes que aguardam atendimento ou acompanham internação de crianças sob sua responsabilidade, que necessitam de local para alimentação ou descanso. Em alguns casos, são atendidas famílias que buscam materiais de higiene, como fraldas ou aparelhos médicos imprescindíveis para sobrevivência dos pacientes em caráter de urgência.

3.6 - Meta de Atendimento:

Meta de atendimento/mês: A Ir. Francisco disponibiliza 11 vagas para hospedagem completa, casa dia tem a disponibilidade de atender 30 usuários diariamente.

3.7 - Metodologia do trabalho – Forma de execução das atividades:

Atividade	Metodologia
Orientação Social	Atendimento individual e em grupo
Entrevistas	Triagem individual
Orientação Legal/Previdenciária	Informações dos direitos pacientes
Transporte para exame do paciente	Providenciar locomoção
Coordenação do Projeto Horta Sustentável	Para suprir as necessidades da casa
Visita Domiciliar/Hospitalar	Conhecer a rotina familiar/hospitalar, fazer os encaminhamentos necessários
Cuidador	Orientação aos familiares referente aos cuidados
Encaminhamento para psicóloga	Atendimento individual/grupo

3.8 – Horário de Funcionamento do Serviço:

24 horas, todos os dias da semana, a casa disponibiliza leitos e abrigo para os assistidos.

A alimentação é fornecida quatro vezes por dia, sendo café da manhã, almoço, café da tarde e janta.

3.9 - Cronograma de atividades:

Informar, as atividades a serem desenvolvidas semanalmente e mensalmente, de forma clara e objetiva, observando os objetivos específicos registrados no Termo de Referência.

Ex. oficina de esporte (carga horária/período/quantidade de atendimento).

Atividade	Dias da semana	Carga Horária	Meses												
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Oferta de pernoite	Domingo a domingo	24hs	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Alimentação	Domingo a domingo	24hs	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Transporte	Segunda à sexta	8hs às 17hs	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

3.10 - Condições e formas de acesso de usuários e famílias:

Condições de Acesso: Estado vulnerabilidade Social.

Formas de Acesso: Encaminhados pelo Serviço Social da rede hospitalar.

3.11 - Identificação das instalações físicas:

Sala de visita composta de brinquedoteca, um quarto masculino, dois quartos femininos, um banheiro feminino, um banheiro masculino, um banheiro para funcionários, sala de guarda volumes, cozinha, refeitório, área de serviço, quarto para guardar doações, espaço para triagem de doações, área livre com horta, garagem, área coberta onde funciona o brechó.

3.12 - Metas a serem atingidas

- Acolher o familiar no período de internação do paciente;
- Cadastro;
- Triagem com Serviço Social;
- Oferecer qualidade de vida;
- Orientação psicológica.

IV. Monitoramento e Avaliação

Acompanhar a evolução do quadro do paciente em período de internação através de contato direto com Serviço Social do hospital.

4.1 - Monitoramento:

Objetivos Específicos	Ação	Resultados Esperados		Profissionais envolvidos
Qualidade de vida familiar	Fornecer diariamente informações ao familiar.	Quantitativo Manter contato diário, com o hospital atendendo no mínimo 10 (dez) usuários.	Qualitativos Favorecer condições melhores para os familiares	S. Social Psicóloga Cozinheira Diretoria
Facilitar o deslocamento do familiar	Oferecer transporte de forma gratuita para usuário	Ofertar diariamente o transporte para 06 usuários no mínimo.	Reduzir o nível de dificuldade	Motorista voluntário S.Social Diretoria

[Handwritten signatures and initials]

4.2 - Avaliação:

Impacto social esperado:	Indicadores de avaliação:	Meios de Verificação:
Diminuição de conflitos de locomoção; Favorecer a recuperação frente a doença.	Deslocamento gratuito, alimentação, acolhimento 24hs.	Prontuário de controle de veículo; Triagem; Cadastro.

V – QUADRO GERAL DE RECURSOS HUMANOS:

- Assistente Social, contratada pelo regime da CLT.
- Cozinheira cedida.

OBS.: O restante da mão de obra e voluntária.

VI- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

6. O recurso recebido será de R\$ 10.000,00 que financiará:

6.1–Custos detalhados	Mês 1 - discriminação	Valor Unit.	Total
Detalhamento dos Equipamentos a serem adquiridos	-Uma unidade de Trocador de bebe retrátil;	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00
	- Uma unidade de maquina de lavar da marca Brastemp 11 Kg	R\$ 1.329,05	R\$ 1.329,05
	-Uma unidade de geladeira Frost Free de 400 litros Brastemp	R\$ 2.184,05	R\$ 2.184,05
	-Um computador	R\$1.599,99	R\$1.599,99
	- Uma unidade impressora multifuncional HP com tanque de tintas Deskjet GT	R\$ 649,00	R\$ 649,00
	- Um Réchaud Inox com quatro cubas, banho Maria.	R\$ 499,00	R\$ 499,00
	- Um Fogão Industrial com quatros bocas	R\$ 1.349,99	R\$ 1.349,99
	-Três unidades de guarda roupas com 6 portas	R\$ 899,91	R\$ 2.699,73
Total			R\$ 11.560,81

PROCESSO Nº

36000/2019

1.P.A.G. FIS 119A

-Etapas da execução do Plano:

- Mês 1 - Pesquisa de preços para compras dos equipamentos;
- Mês 2 - Aquisição dos equipamentos;
- Mês 3 – Execução do Serviço;

VII – Quadro sintético do cronograma financeiro para a prestação do serviço.

CUSTO TOTAL DA PROPOSTA	R\$ 11.560,81
APRESENTADA	
CONTRA PARTIDA	R\$ 1.560,81

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PROCESSO Nº

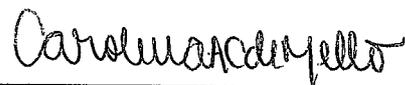
36000/2019

F.A.G. FIS 120K

Taubaté, 30 de maio 2019.



Técnico responsável



Diretora Administrativa

Fatima Guedes
GRESS - 16511

Endereço: Rua Cel. Augusto Monteiro, 484 – Centro – Taubaté – SP –
(12) 3413-8937 – CEP 12020/040

